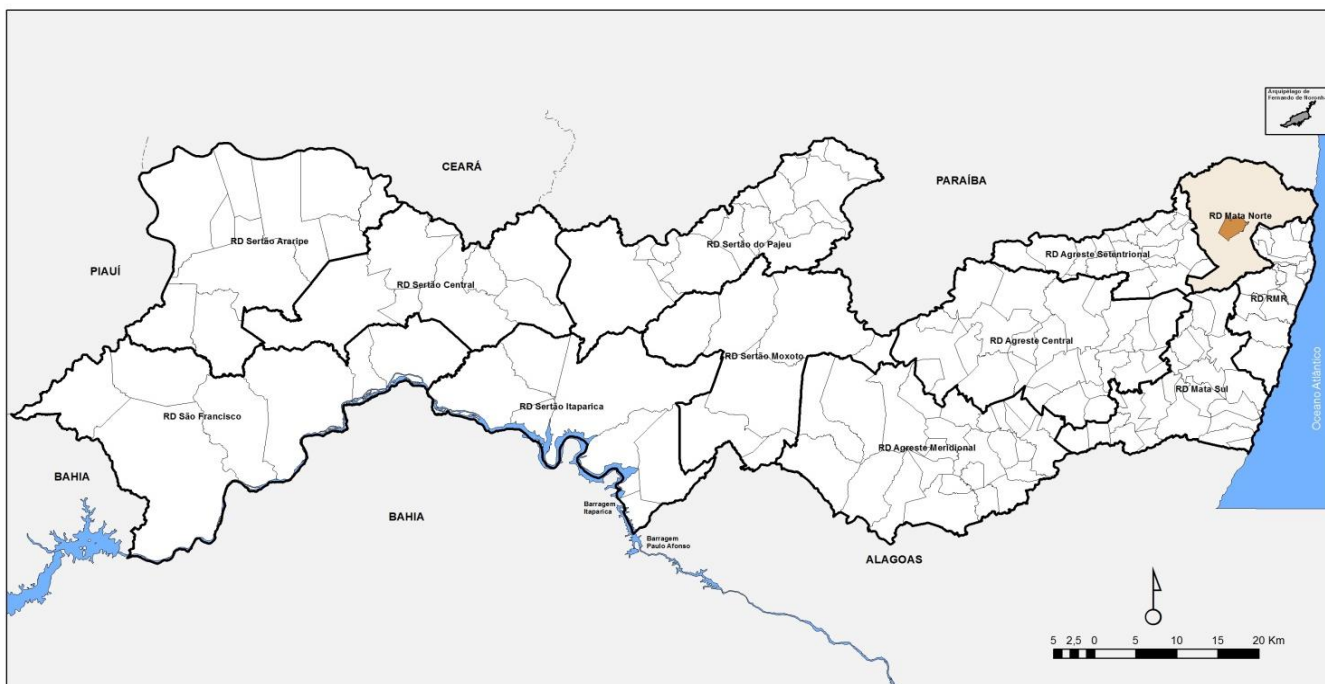


HISTÓRIA MUNICIPAL NAZARÉ DA MATA



Desmembrado de Igarassu

Data de criação da vila: 17/05/1833 Por Resolução do Conselho do Governo de Pernambuco

Data de instalação da vila: 09/10/1833

Data cívica (aniversário da cidade): 17/05

O território onde está localizada a cidade de Nazaré da Mata era uma sesmaria que foi doada a Manuel Bezerra da Cunha, em 18 de junho de 1781. O local ficou conhecido inicialmente como Lagoa d'Antas, em virtude de um engenho de mesmo nome, que constituiu o primeiro núcleo da cidade. O proprietário do engenho era o português Urbano Pereira da Silva Júnior que, juntamente com seu cunhado, João Manuel, comprara a sesmaria que ia do Tracunhaém até o Ribeiro Grande, passando por Lagoa Seca. A propriedade fora dividida em duas partes, ficando Urbano Pereira com a do sul. Sua esposa, Felipa da Costa Coutinho, fez doação de partes de suas terras no engenho Lagoa d'Antas para a formação de um patrimônio, onde se construiu uma pequena ermida dedicada à Imaculada Conceição de Nazaré. A doação foi feita por escritura pública passada a 04 de abril de 1804, segundo notas do tabelião José Ayres de Miranda Henriques, da vila de Goiana. Em janeiro de 1806 já foi ministrado um batismo na capela, conforme consta no livro de registro da paróquia de Tracunhaém.



Em 1808 o local ainda era uma modesta povoação onde a capelinha devotada ao culto da Imaculada Conceição de Nazaré passou a atrair as populações vizinhas. Em homenagem à santa, a localidade passou a chamar-se também Nossa Senhora da Conceição de Nazaré ou, simplesmente, Nazaré. Em 1812 as feiras de Lagoa d'Antas eram bastante concorridas e começaram a criar fama pelo consequente desenvolvimento do seu comércio, aumentando no local o número de moradias simples.

Em 17 de dezembro de 1821, por resolução de consulta, foi criada a primeira freguesia em seu território, a qual teve como matriz a capela de São Joaquim, na povoação de Laranjeiras, em terras do engenho de mesmo nome, cujo proprietário era José Francisco Belém. A capela havia sido construída em 1790 pelo então proprietário, José Joaquim Velho de Melo, que criou o respectivo patrimônio. A primeira escola pública do povoado foi criada pela Junta Governativa da Província, por decreto de 18 de março de 1822. A freguesia de Laranjeiras só foi instalada em 1824 e seu primeiro vigário foi o padre Martinho Caetano Pegado, que a regeu até o final de 1829.

Por resolução do Conselho do Governo de Pernambuco, de 17 de maio de 1833, a povoação de Nazaré foi desmembrada da vila de Igarassu e elevada à categoria de vila e sede de comarca, a qual abrangia os termos de Nazaré e Paudalho. Por sua vez, o termo de Nazaré compreendia as freguesias de Tracunhaém e Laranjeiras. A Câmara Municipal foi instalada em 09 de outubro de 1833. As primeiras autoridades judiciárias foram nomeadas na segunda sessão ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 05 de novembro do mesmo ano.



Em 1834 passaram a funcionar duas juntas de Paz na vila de Nazaré, conforme registro na ata da sessão ordinária do Conselho do Governo, realizada em 18 de julho do mesmo ano. A primeira junta funcionava na povoação de Nazaré e a segunda, na povoação de Laranjeiras. A Lei Provincial nº 75, de 30 de abril de 1839, extinguiu a freguesia de São Joaquim das Laranjeiras e elevou Nazaré à condição de paróquia, dando-lhe por sede a capela de Nossa Senhora da Conceição. O primeiro vigário da nova paróquia foi o padre Cristóvão de Holanda Cavalcanti, que tomou posse em 24 de dezembro de 1839 e permaneceu até julho de 1856. No dia 24 de maio de 1848 foi fundada a “Tipografia Social Nazarena”, sendo Nazaré uma das primeiras localidades de Pernambuco a ter uma tipografia, depois de Goiana e de Olinda.

Em decorrência da Lei Provincial nº 258, de 11 de junho de 1850, a vila de Nazaré foi elevada à categoria de cidade. Em 1858 a primitiva igreja de Nazaré não mais atendia às necessidades da população, sendo por isso construído um templo maior, no mesmo local, pelo missionário frei Caetano de Messina. (Essa igreja foi reformada em 1924, dando lugar à atual catedral). Em 20 de fevereiro de 1882 a companhia inglesa Great Western (posteriormente Rede Ferroviária do Nordeste, atualmente desativada) abriu ao público a sua estação ferroviária e também o serviço telegráfico. Nesse dia começaram a trafegar os primeiros trens de passageiros em terras nazarenas.

A Lei Provincial nº 1.448, de 05 de junho de 1879, criou o distrito de Vicência, anexado a Nazaré, mas foi desmembrado pelo Decreto-lei Estadual nº 142, de 30 de maio de 1891, juntamente com Angélicas e Aliança, para formar a vila e o termo de Vicência.

O município de Nazaré foi constituído no dia 14 de março de 1893, adquirindo autonomia legislativa, com base na Constituição Estadual e no artigo 2º das disposições gerais da Lei Estadual nº 52 (Lei Orgânica dos Municípios), de 03 de agosto de 1892, promulgada durante o governo de Alexandre José Barbosa Lima. O primeiro prefeito eleito foi Herculano Bandeira de Melo.

Um ofício do prefeito ao secretário do governo de Pernambuco, com data de 23 de maio de 1893, comunica a criação de três distritos no município de Nazaré: 1º - freguesia de Nazaré; 2º - Tracunhaém; 3ª - Lagoa Seca. Os distritos de Aliança, Vicência e Angélicas, que haviam sido desmembrados em 30 de maio de 1891, foram reincorporados ao município de Nazaré, pelo Decreto-lei Estadual nº 72, de 16 de maio de 1895. Esse mesmo Decreto-lei extinguiu a vila e o termo de Vicência.

A Lei Municipal nº 87, de 27 de janeiro de 1907, criou o distrito de Lagoa do Carro, pertencente a Nazaré. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de sete distritos: Nazaré, Tracunhaém, Lagoa Seca, Vicência, Angélicas, Aliança e Lagoa do Carro. No dia 02 de agosto de 1918 o papa Bento XV criou a Diocese de Nazaré, desmembrada da Arquidiocese de Olinda e Recife. Para regê-la foi escolhido o padre Ricardo Ramos de Castro Vilela, então pároco da cidade de Gravatá, que foi sagrado como primeiro bispo de Nazaré em 07 de setembro de 1919, na catedral de Olinda. D. Ricardo assumiu a Diocese em 19 de outubro do mesmo ano.



A Lei Municipal nº 311, de 04 de novembro de 1920, criou mais um distrito em Nazaré, o de Buenos Aires. Pela Lei Estadual nº 1.931, de 11 de setembro de 1928, foram desmembrados de Nazaré os distritos de Aliança e Lagoa Seca, para formar o município de Aliança; o distrito de Lagoa do Carro, para formar o município de Floresta dos Leões (atual Carpina); e os distritos de Vicência e Sapé (ex-Angélicas), para formar o município de Vicência. No dia 09 de outubro de 1933 foi festivamente comemorado o primeiro centenário da emancipação política de Nazaré.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece com três distritos: Nazaré, Buenos Aires e Tracunhaém. Em virtude do Decreto-lei Estadual nº 952, de 31 de dezembro de 1943, o município, o termo e a comarca de Nazaré tiveram seu topônimo alterado para Nazaré da Mata, oficializando a denominação já consagrada pelo uso, devido à sua localização geográfica na Zona da Mata pernambucana.

Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1950 o município aparece com três distritos: Nazaré da Mata, Buenos Aires e Tracunhaém, assim permanecendo em divisão de 1º de julho de 1960. Os distritos de Tracunhaém e Buenos Aires foram desmembrados de Nazaré da Mata e elevados à categoria de município, respectivamente pelas Leis Estaduais nº 4.951 e nº 4.970, de 20 de dezembro de 1963. Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1963 o município é constituído apenas pelo distrito sede, assim permanecendo em divisão de 2005. A comarca de Nazaré da Mata é classificada como de 2ª entrância, formada pelo termo único de mesmo nome.

Fontes:

Agência CONDEPE/FIDEM. Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios de Pernambuco. Recife: CEHM, 2006. V. 3.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 18.

FONSECA, Homero. **Pernambucânia**: o que há nos nomes das nossas cidades. Recife: CEPE, 2009.

GALVÃO, Sebastião de V. **Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco**. Recife: CEPE, 2006. v. 1.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. **História das Comarcas Pernambucanas**. 2ª ed. Recife, 2010.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/camaragibe.pdf>



AGÊNCIA ESTADUAL DE
PLANEJAMENTO E
PESQUISAS DE PERNAMBUCO

PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO